MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

MANHÃ

A16 - ANALISTA DO MPU - PERITO EM CONTABILIDADE

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA

SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação

TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso

INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

"O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má".

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

(A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
(B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
(C) reformular as informações já dadas;
(D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
(E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescrituração NÃO elimina o pleonasmo original é:

(A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
(B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
(C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
(D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
(E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

"Ele ficou esgotado porque correu muito".

A maneira de reescrevê-la que <u>modifica</u> o seu sentido original é:

(A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
(B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
(C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
(D) Porque correu muito, ficou esgotado;
(E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

(A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
(B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
(C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
(D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
(E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

(A) Cheguei atrasado ao trabalho e, <u>por causa</u> disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
(B) <u>À proporção que</u> leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
(C) <u>Logo após</u> o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
(D) Os estudantes ficaram <u>tão</u> chateados com os resultados da prova, <u>que</u> decidiram fazer uma greve;
(E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, <u>mas</u> alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido <u>diferente</u> do que se mostra na oração sublinhada é:

(A) O secretário tem um caráter <u>que muda frequentemente</u> / instável;
(B) Ele mostra um tipo de risada <u>que se comunica facilmente</u> / estridente;
(C) Era um político <u>que sabia tirar partido das circunstâncias</u> / esperto;
(D) Era um homem <u>que mantinha sua palavra</u> / honrado;
(E) Eles tinham prestado ajuda a uma população <u>que morria de fome</u> / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

(A) Picasso era um pintor <u>talentoso</u> (genial);
(B) Um <u>conflito</u> (diferença) opõe patrões e empregados;
(C) Foram feitos progressos <u>notáveis</u> (apreciáveis);
(D) O conferencista falava de forma <u>polida</u> (delicada);
(E) Seus termos foram <u>grosseiros</u> (vulgares).

8

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.
Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:
(A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
(B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
(C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
(D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
(E) correto: aquele que age com correção.

9

Observe o seguinte texto:
"Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, 'Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém'".
Nesse texto, a citação tem a função de:
(A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
(B) fazer progredir culturalmente um texto;
(C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
(D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
(E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

10

Observe a seguinte frase: "Dá-lhes o dinheiro necessário!".
A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:
(A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
(B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
(C) O dinheiro necessário lhes será dado;
(D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
(E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

11

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.
A frase que mostra uma forma indireta é:
(A) Você aceita uma sobremesa?
(B) Proíbo você de continuar com essa história;
(C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
(D) Eu te peço para comprares a casa;
(E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

12

Na frase "Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo", cruzam-se duas funções de linguagem, que são:
(A) referencial e fática;
(B) conativa e metalinguística;
(C) metalinguística e referencial;
(D) emotiva e conativa;
(E) fática e emotiva.

13

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:
(A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
(B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
(C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
(D) Se você intervier na discussão, ela termina;
(E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

14

Compare as duas frases abaixo:
- Dê-me aquela caixa.
- Me dá aquela caixa.
A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:
(A) atenuação do valor de formalidade;
(B) ênfase na ideia de ordem;
(C) supressão da polidez;
(D) suavização da ideia de pedido;
(E) realce da ideia de tempo presente.

15

Observe a seguinte frase:
"Não cheguei a assistir o início do show no final de ano".
A frase abaixo em que o verbo "assistir" é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:
(A) Não assiste a você o dever de estar presente;
(B) O professor deve assistir a todos os alunos;
(C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
(D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
(E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

(A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;

(B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;

(C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;

(D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;

(E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

(A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;

(B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;

(C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;

(D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;

(E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

18

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

(A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;

(B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;

(C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;

(D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;

(E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

19

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

(A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;

(B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;

(C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;

(D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;

(E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

20

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.

II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.

III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

(A) V, V, V;
(B) F, F, F;
(C) V, F, V;
(D) V, V, F;
(E) F, V, V.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

21

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.

II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.

III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.

IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e IV, apenas;
(B) III e IV, apenas;
(C) I, II e III, apenas;
(D) I, II e IV, apenas;
(E) I, II, III e IV.

22

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e III, apenas;
(B) I e IV, apenas;
(C) II e IV, apenas;
(D) I, II, III e IV, apenas;
(E) I, II, III, IV e V.

23

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

(A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
(B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
(C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
(D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
(E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

24

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

(A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;

(B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;

(C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis "na forma da lei";

(D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;

(E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

25

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

(A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção**;**

(B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;

(C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;

(D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;

(E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Noções de Administração Pública

26

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

(A) porta-voz; monitor; líder;

(B) ligação; monitor; símbolo;

(C) símbolo; empreendedor; líder;

(D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;

(E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

27

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

(A) 5W2H;
(B) matriz GUT;
(C) diagrama de Gantt;
(D) diagrama de Pareto;
(E) diagrama de Ishikawa.

28

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

(A) diretivo;
(B) realizador;
(C) persuasivo;
(D) participativo;
(E) delegador.

29

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

(A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
(B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
(C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
(D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
(E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

30

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

(A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
(B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
(C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
(D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
(E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

MÓDULO II

Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

(A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
(B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
(C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
(D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
(E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

(A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
(B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
(C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
(D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
(E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expedira determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União interviesse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

(A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
(B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
(C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
(D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
(E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

(A) é expressamente vedada;
(B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
(C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
(D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
(E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.
Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:
(A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
(B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
(C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
(D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
(E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.
Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:
(A) redistribuição;
(B) remoção;
(C) readaptação;
(D) reversão;
(E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:
(A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
(B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
(C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
(D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
(E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.
Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:
(A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
(B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
(C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
(D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
(E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.
Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.
Nessa situação, é possível afirmar que:
(A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
(B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
(C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
(D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
(E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração do nexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

(A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
(B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
(C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
(D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
(E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

Noções de Perícia em Processo Civil

41

O juiz deferiu, de ofício, a produção de prova pericial em uma demanda previdenciária. Para cumprir o encargo, o perito designou dia, hora e local para colher o depoimento do autor e de testemunhas, comunicando às partes e aos assistentes técnicos que realizaria uma teleperícia (perícia virtual).

Apresentado o laudo pericial no processo, é correto afirmar que essa prova:

(A) não será admitida, uma vez que foi determinada de ofício pelo juiz;
(B) não será admitida, uma vez que houve colheita de depoimento de testemunhas pelo perito;
(C) não será admitida, uma vez que designada teleperícia (perícia virtual);
(D) será admitida, desde que as testemunhas sejam ouvidas novamente em juízo;
(E) será admitida, uma vez que o perito pode valer-se de todos os meios de coleta necessários.

42

Em um processo que admitia autocomposição, as partes, plenamente capazes, escolheram de comum acordo o perito da causa. Outrossim, ainda indicaram seus assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia.

Nesse cenário, é correto afirmar que essa perícia consensual:

(A) não substitui a perícia que seria realizada pelo perito do juízo;
(B) não será admitida, uma vez que cabe exclusivamente ao juiz a nomeação do perito;
(C) não será admitida, uma vez que é vedado negócio processual quanto à produção de prova;
(D) será admitida, devendo o perito e os assistentes entregar o laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz;
(E) será admitida, dispensando o perito a indicação de qual análise técnica ou científica foi realizada.

43

Determinado perito elaborou seu laudo pericial de forma incorreta. Informou no processo um valor aquém do devido. O perito, de forma negligente, não percebeu a metragem correta do imóvel objeto da perícia. Com base nessa prova, o juiz condenou a parte no valor afirmado no laudo pericial.

Nesse cenário, é correto afirmar que o perito:

(A) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de dois a cinco anos;
(B) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a dez anos;
(C) responderá pelos prejuízos que causou à parte, mas não ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
(D) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
(E) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a cinco anos.

44

Maria não concordou com as conclusões da perícia realizada em um processo, que afirmara que não havia compatibilidade genética entre ela e o réu. Concluiu-se que estava afastada a paternidade alegada, uma vez que as informações genéticas dos envolvidos eram incompatíveis. Desse modo, Maria requereu ao juiz que fosse determinada outra perícia, já que afirmou não concordar com o resultado do laudo pericial, pois acreditava ser filha do réu.

Sobre a possibilidade da realização dessa segunda perícia, é correto afirmar que:

(A) não deve ser produzida, pois a parte somente tem direito a uma perícia no processo, podendo juntar parecer dos assistentes técnicos;
(B) não deve ser produzida, pois a parte apenas não se conformou com o resultado obtido, sem apresentar omissão ou inexatidão naquele laudo;
(C) deve ser produzida, pois é direito da parte produzir outros laudos, para que o juiz possa buscar a verdade formal;
(D) deve ser produzida, desde que a parte se comprometa a arcar com as custas da produção desse laudo pericial;
(E) deve ser produzida, sabendo-se que a segunda perícia vai substituir a primeira perícia produzida no processo.

45

No julgamento de um processo, em que a questão controvertida era a extensão de um dano, o juiz acolheu como fundamento de sua sentença, a conclusão do parecer do assistente técnico do autor, que afirmava ser devido o valor do ressarcimento de 100 mil reais. Todavia, o perito judicial apontava para um dano de 70 mil reais, enquanto o parecer do assistente técnico do réu dizia ser o valor de 30 mil reais. Em grau de recurso, foi arguido que o autor e o seu assistente técnico eram irmãos, pelo que havia um impedimento para este atuar no processo. Logo, requereu-se que a prova fosse desconsiderada e desentranhada dos autos do processo.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

(A) assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico do autor é parcial, submetendo-se às regras de impedimento do processo;
(B) assiste razão ao recorrente, pois deveria o juiz acolher o laudo pericial elaborado pelo perito do juiz, por quem fora nomeado;
(C) não assiste razão ao recorrente, pois o juiz não está vinculado ao laudo pericial e o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento;
(D) não assiste razão ao recorrente, pois mesmo com o impedimento do assistente técnico, o laudo não é desentranhado dos autos do processo;
(E) não assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento; todavia, o juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial.

Conhecimentos Específicos

46

O governo federal lançou um programa de expansão da rede federal de educação técnica e tecnológica, em áreas estratégicas de todas as regiões do país, com o objetivo de garantir qualificação de mão de obra para a indústria nacional. O investimento previsto é da ordem de R$ 2,5 bilhões, que cobrirão obras de infraestrutura e compra de equipamentos e mobiliário. As unidades criadas pela expansão da rede federal de educação técnica e tecnológica também terão despesas permanentes de custeio para manutenção das suas atividades.

Nesse contexto, informações sobre necessidades futuras de recursos de uma entidade e as prováveis fontes de financiamento:

(A) devem ser evidenciadas no RCPGs para permitir avaliações da sustentabilidade da prestação de serviços;
(B) devem subsidiar a elaboração de diretrizes orçamentárias para assegurar a efetividade do fluxo financeiro;
(C) podem ser incluídas no planejamento plurianual apenas se as atividades forem concluídas no quadriênio;
(D) não devem ser incluídas nos RCPGs por se referirem a informações prospectivas;
(E) se referem a informações de caráter estritamente orçamentário.

47

Considere o extrato a seguir gerado a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) divulgada por um ente público:

Demonstração das Variações Patrimoniais	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas	X	R$ 53.357.017.000
Variações Patrimoniais Diminutivas	R$ 50.781.610.000	X
Resultado Patrimonial do Período	R$ 3.840.574.000	R$ 6.258.100.800

A partir da análise das informações fornecidas, é correto afirmar que:

(A) a economia orçamentária ao longo do exercício gerou redução de despesa e maior resultado patrimonial;
(B) as variações patrimoniais qualitativas impactaram o resultado patrimonial apurado;
(C) as VPAs do exercício atual foram menores do que no exercício anterior;
(D) as VPDs apresentaram maior variação do que as VPAs no exercício atual em relação ao anterior;
(E) houve frustração na arrecadação de receitas no exercício atual, que geraram um resultado menor.

48

O endividamento do setor público é um indicador que mostra a capacidade de pagamento de um país. O Brasil encerrou o exercício de 2023 com uma dívida pública superior R$ 6,5 trilhões. Adicionalmente, nesse mesmo exercício, as despesas com juros da dívida pública do Governo Federal somaram R$ 614 bilhões, o que representa uma parcela relevante dos recursos do orçamento. As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) fornecem informações para acompanhamento e controle da dívida pública e das despesas com juros e encargos da dívida em um dado exercício.

Nesse sentido, ao abordar as DCASP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) orienta que:

(A) juros e encargos da dívida sejam apresentados como subgrupo do passivo circulante no balanço patrimonial;
(B) juros e encargos da dívida sejam tratados como desembolsos operacionais na demonstração dos fluxos de caixa;
(C) o fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento deve contemplar despesas com juros e encargos da dívida;
(D) o saldo de operações de créditos no balanço patrimonial deve refletir os valores com amortização autorizada no orçamento;
(E) valores relativos a operações de créditos devem figurar como ingressos no fluxo de caixa de investimentos.

49

No encerramento de um dado exercício, um ente público municipal concluiu um processo de conciliação contábil entre as operações orçamentárias de aquisição de bens permanentes e os registros de controle patrimonial, possibilitando uma base adequada para o registro e controle das despesas de depreciação.

Nesse contexto, para fins de consolidação das contas públicas, à luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) quanto à depreciação de bens móveis, a entidade deve considerar que:

(A) a consolidação do ente e a consolidação nacional incluirão apenas o valor relativo à VPD;
(B) a consolidação nacional incluirá somente saldos de depreciação de bens que não transitaram pelo resultado;
(C) a retificação da conta do ativo será incluída apenas na consolidação do ente;
(D) a VPD e a retificação da conta do ativo serão incluídas na consolidação do ente e na consolidação nacional;
(E) os saldos decorrentes de registros de depreciação de bens constarão somente na DVP consolidada.

50

O Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão constitui um dos anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). O referido demonstrativo possibilita o acompanhamento da execução dos compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida flutuante em um dado exercício financeiro.

Na elaboração desse demonstrativo, o ente público deve atentar para o fato de que:

(A) a execução dos restos a pagar por poder e órgão deve ser demonstrada de forma consolidada, apenas no último bimestre do exercício;
(B) cada poder ou órgão deve divulgar o demonstrativo individualmente, que será consolidado pelo respectivo ente;
(C) o demonstrativo é organizado em duas colunas, discriminando os valores inscritos em exercícios anteriores (primeira) e em 31/12 do exercício anterior ao período de referência (segunda);
(D) os restos a pagar devem ser segregados em processados e não processados, independentemente do exercício de inscrição;
(E) os restos a pagar referentes a despesas intraorçamentárias, quando existentes, devem ser apresentados de forma segregada.

51

Uma entidade pública é detentora de um ativo constituído por dez andares de um edifício comercial localizado no centro da cidade, os quais representam 50% do edifício. A entidade aufere receitas decorrentes de contratos de locação do conjunto de andares de sua propriedade, exceto um andar ocupado pela entidade, por falta de espaço em sua sede, para desenvolver parte de suas atividades finalísticas. A entidade pública adquiriu a propriedade do conjunto dos andares por meio de uma permuta envolvendo outro imóvel. Como estratégia de mercado, a entidade considera os dez andares como um ativo único.

As disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) orientam que o tratamento contábil do referido imóvel pela entidade pública:

(A) depende das políticas contábeis adotadas de forma consistente pela entidade para ativos permanentes;
(B) deve considerar avaliação anual da recuperabilidade do valor contábil do ativo;
(C) deve seguir as definições de propriedade ocupada pelo proprietário;
(D) deve ter seu custo avaliado pelo valor justo na mensuração inicial;
(E) faculta o registro da depreciação dos andares destinados à geração de receitas.

52

A equipe de desenvolvimento da superintendência de tecnologia da informação de um órgão público desenvolveu um *software* para gestão de demandas por materiais e serviços.

Uma vez que o *software* desenvolvido atendeu aos critérios para reconhecimento de um ativo intangível, ele deve ser inicialmente mensurado pelo valor:

(A) justo;
(B) em uso;
(C) de custo;
(D) obtido em laudo de avaliação;
(E) de custo ou mercado, dos dois o menor.

53

Uma entidade pública se encontra no processo de adoção de um sistema de informação de custos em toda a sua estrutura, e uma das providências iniciais foi a definição das unidades encarregadas de conduzir atividades e disponibilizar bens ou serviços, cujos recursos e resultados podem ser distinguíveis de outras unidades.

A definição de tais unidades refere-se especificamente a:

(A) objeto de custo;
(B) centro de responsabilidade;
(C) unidades de custo controlável;
(D) sistema de acumulação de custos;
(E) unidades direcionadoras de custo.

54

O laudo pericial contábil a ser apresentado ao final de um trabalho de perícia deve conter elementos mínimos, definidos pela Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TP 01 (R1), de 19 de março de 2020, que dispõe sobre perícia contábil.

O elemento do laudo consubstanciado no "relato ou na transcrição sucinta, de forma que resulte em leitura compreensiva dos fatos relatados sobre as questões básicas, que resultaram na nomeação ou na contratação do perito" se refere à (ao):

(A) análise técnica conduzida pelo perito;
(B) forma circunstanciada;
(C) relato das diligências realizadas;
(D) resumo dos autos;
(E) síntese do objeto da perícia.

55

Em cada exercício financeiro, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborado pelos entes federativos, deverá ser acompanhado do Anexo de Metas Fiscais.

Nesse anexo, as metas anuais relativas a receitas e despesas devem ser apresentadas:

(A) em termos percentuais relativos às metas fiscais fixadas para o exercício de referência;
(B) em valores correntes e constantes;
(C) em valores estimados para o exercício seguinte e os históricos devem ser atualizados pela inflação;
(D) para o exercício a que se referirem e também para o exercício anterior, para fins comparativos;
(E) para os anos relativos ao período coberto pelo plano plurianual em vigor.

56

Analise os trechos destacados a seguir.

I. "O Poder Executivo do Estado fica autorizado a abrir créditos adicionais com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 30% do total da despesa atualizada dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a utilização de recursos legalmente previstos."
II. "A Reserva de Contingência será constituída exclusivamente dos recursos ordinários do Tesouro do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a até três por cento da receita corrente líquida do Estado, a ser utilizada no atendimento aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos."

À luz dos instrumentos de planejamento e gestão fiscal dispostos na Constituição da República de 1988 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os trechos destacados devem ser apresentados:

(A) ambos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
(B) ambos na Lei Orçamentária Anual;
(C) na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Decreto de Programação Financeira, respectivamente;
(D) na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, respectivamente;
(E) na Lei Orçamentária Anual e no Anexo de Riscos Fiscais, respectivamente.

57

As disposições constitucionais relativas à impositividade para aprovação e execução de emendas parlamentares ao projeto de lei do orçamento anual assegurou a destinação de parte dos recursos para uma área de significativa relevância: as ações e os serviços públicos de saúde.

Considere que, no exercício financeiro de 2024, o valor total de emendas parlamentares foi de R$ 45 bilhões, sendo R$ 25 bilhões em emendas individuais, R$ 11 bilhões em emendas de comissões e R$ 9 bilhões em emendas de bancadas estaduais.

Com base nesses dados, o valor mínimo que deve obrigatoriamente ser destinado para ações e serviços públicos de saúde nas emendas parlamentares representa:

(A) R$ 4,5 bilhões;
(B) R$ 12,5 bilhões;
(C) R$ 17 bilhões;
(D) R$ 18 bilhões;
(E) R$ 22,5 bilhões.

58

Diante da necessidade de ação governamental não prevista no orçamento, é possível proceder à abertura de créditos adicionais no orçamento, gerando autorização para a referida despesa.

Um requisito para a abertura de crédito adicional para esse tipo de despesa é a:

(A) autorização expressa na lei de diretrizes orçamentárias;
(B) existência de saldo de superávit financeiro do exercício anterior;
(C) indicação de fonte de recursos disponíveis para sua cobertura;
(D) inexistência de créditos adicionais do mesmo tipo abertos no exercício com saldo a executar;
(E) ocorrência de situação urgente e imprevista que justifique a ação governamental.

59

A estrutura da programação orçamentária é formada por uma sequência de códigos alfanuméricos separados por pontos. Cada um desses grupos de códigos se refere a um tipo de classificador orçamentário distinto e traz informações qualitativas e quantitativas acerca da despesa.

O Manual Técnico de Orçamento (MTO) organiza as categorias de classificação da despesa em qualitativas (programa de trabalho) e quantitativas (programação orçamentária).

Uma categoria de classificação tratada no MTO como elemento qualitativo do plano de trabalho é o(a):

(A) categoria econômica da despesa;
(B) elemento de despesa;
(C) estrutura programática;
(D) grupo de natureza de despesa;
(E) modalidade de aplicação.

60

Um órgão público destinou uma sala do último andar do seu edifício sede para instalação de uma biblioteca com acervo bibliográfico técnico para uso dos servidores lotados no órgão. Para a instalação da biblioteca, o órgão incorreu nos seguintes gastos:

Descrição	Valor
Serviço de reforma para adaptação do espaço	R$ 23.000
Aquisição de mobiliário (estantes, mesas, cadeiras)	R$ 59.000
Aquisição de computadores	R$ 10.000
Aquisição de material bibliográfico (livros, manuais, atlas, mapas etc.)	R$ 95.000
Contratação de licença anual de *software* de controle e gestão do acervo	R$ 13.000
Total	R$ 200.000

Dentre os gastos incorridos, os que devem ser classificados como despesa de capital totalizam:
(A) R$ 69.000;
(B) R$ 82.000;
(C) R$ 164.000;
(D) R$ 177.000;
(E) R$ 187.000.

61

Em dado exercício financeiro, a Receita Corrente Líquida (RCL) da União, acumulada ao longo do exercício, alcançou o montante de R$ 500 bilhões de reais.
No último quadrimestre do referido exercício, para não ser enquadrada no denominado limite de alerta, a despesa total com pessoal do Ministério Público da União não deve ultrapassar:
(A) R$ 2,7 bilhões;
(B) R$ 2,9 bilhões;
(C) R$ 3,0 bilhões;
(D) R$ 9,0 bilhões;
(E) R$ 9,5 bilhões.

62

A regularidade quanto à aplicação de recursos de emendas parlamentares, repassados por meio de "transferência especial" direta para estados, Distrito Federal ou municípios, tem sido objeto de reiterados questionamentos. Tais emendas têm sido chamadas de "emendas Pix", pois não requerem celebração de convênio ou instrumento do tipo para os repasses. Os órgãos de controle precisam conhecer melhor a operação desse mecanismo, com vistas a avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.
Sob a perspectiva dos instrumentos de fiscalização, o instrumento conceitualmente mais apropriado, no referido contexto, é o(a):
(A) acompanhamento;
(B) auditoria;
(C) inspeção;
(D) levantamento;
(E) monitoramento.

63

A adoção de modelos avançados de gestão tem sido fortemente incentivada no âmbito das entidades públicas, a exemplo do Modelo das Três Linhas, desenvolvido pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA). Esse modelo tem como objetivo auxiliar as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos.
Nesse modelo, papéis focados em objetivos específicos do gerenciamento de riscos, a exemplo de conformidade com leis, regulamentos, comportamento ético aceitável e avaliação da qualidade, podem ser associados a(à):
(A) primeira linha;
(B) segunda linha;
(C) terceira linha;
(D) órgão de governança;
(E) especialistas com conhecimentos complementares.

64

A utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação (instituída pela IN n° 5, de 26 de maio de 2017) é ferramenta já institucionalizada na Administração Pública como mecanismo de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, contribuindo para assegurar os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato.
Em um determinado órgão público, o serviço de vigilância patrimonial era prestado por dois contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, para os quais foram abertas as devidas contas vinculadas. Ao final do segundo ano de contrato, o órgão recebeu uma denúncia, com informações pertinentes e detalhadas, de que estavam ocorrendo movimentações indevidas nessas contas, e a administração do órgão acionou a instância de auditoria interna para análise do caso. O auditor chefe determinou a realização de um exame minucioso das transações que geraram lançamentos nas contas vinculadas de ambos os contratos, nos últimos 24 meses.
O procedimento de auditoria apropriado para o exame determinado pelo auditor chefe é:
(A) análise de contas;
(B) circularização;
(C) conciliação das contas;
(D) exame documental;
(E) mapa de processo.

65

As Normas Internacionais para o exercício profissional da Auditoria Interna, propostas pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA), tratam especificamente de normas de atributos e de desempenho, que constituem referência para todos os serviços de auditoria interna. Por sua vez, as normas de implantação proveem os requerimentos aplicáveis às atividades de avaliação e de consultoria.

Nesse contexto, suponha que o gestor de uma entidade pública fez uma solicitação específica para a instância de auditoria interna, requisitando assessoria para um plano de reorganização da estrutura da entidade, visando à obtenção de maior eficiência nos processos e na execução de projetos.

O serviço solicitado à instância de auditoria interna:

(A) compreende uma avaliação objetiva das evidências a partir de critérios definidos pelo auditor interno;
(B) demanda um acordo com o cliente do trabalho para definição da natureza e do escopo do trabalho;
(C) envolve três partes: o cliente do trabalho, o auditor interno e a pessoa que usa os resultados do trabalho;
(D) implica compartilhamento de responsabilidades da administração com a equipe de auditoria interna;
(E) tem a natureza e o escopo determinados pelo gestor da entidade.

66

O documento *Enterprise Risk Management - Integrating with Strategy and Performance*, publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), busca aperfeiçoar os esclarecimentos acerca da relevância da gestão de riscos no planejamento estratégico e na sua incorporação em toda a estrutura da organização.

Nesse contexto, um exemplo de ação conduzida por uma entidade alinhada ao componente de Governança e Cultura tratado no referido documento é o(a):

(A) criação de um comitê de riscos com representantes da alta administração e de áreas estratégias, para assegurar que a gestão de riscos seja uma prioridade em toda a organização;
(B) desenvolvimento de um plano de comunicação que inclua relatórios regulares sobre riscos e estratégias de mitigação, compartilhados com todas as partes interessadas;
(C) implementação de indicadores de desempenho que considerem fatores de risco e permitam que a organização monitore como os riscos afetam os resultados;
(D) promoção de sessões de planejamento estratégico que incluam a análise de riscos potenciais associados a novos projetos, de modo a traçar objetivos realistas e alcançáveis;
(E) realização de revisões anuais do processo de gerenciamento de riscos, que permitam identificar necessidade de ajustar políticas e procedimentos para melhorar o desempenho.

67

Em 30/12/2024, uma empresa S/A identificou erros materiais em seus balanços de 2023 e 2024, no momento de registrar bônus para fornecedores que batessem metas. Com isso, as demonstrações financeiras do ano de 2023 e as do ano de 2024 tiveram, em conjunto, uma redução de R$ 1,3 bilhão da conta de fornecedores (R$ 600 milhões em 2023 e R$ 700 milhões em 2024).

Considerando-se as informações apresentadas e segundo preceitos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, um perito em contabilidade indicaria que a empresa deve:

(A) tratar as correções de erros como mudanças nas estimativas contábeis e reestimar a conta de fornecedores em 2024;
(B) retificar a informação comparativa para corrigir os erros prospectivamente a partir de 2025;
(C) retificar os saldos de abertura de ativos, passivos e patrimônio líquido no período de 2024 com efeito cumulativo de R$ 1,3 bilhão da conta de fornecedores;
(D) corrigir os erros de 2023 prospectivamente em 2024 e corrigir os erros de 2024 prospectivamente em 2025;
(E) corrigir os erros de 2023 retrospectivamente em 2024 e corrigir os erros de 2024 antes de as demonstrações contábeis serem autorizadas para publicação.

68

Um perito em contabilidade está analisando a seguinte situação: uma empresa S/A, que tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, (ii) a participação em empreendimentos imobiliários, e (iii) a participação, como quotista, em fundos de investimento, recebeu dos sócios um ativo "fertilizantes" como forma de subscrição em bens em um aumento de capital social. Dessa forma, a empresa S/A informou que eventualmente poderá vir a adquirir ou constituir uma subsidiária, a qual hipoteticamente comercializaria os fertilizantes. Assim, a empresa S/A contabilizou como Estoque o ativo "fertilizantes". Contudo, a empresa S/A não possui registro junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para comercializar fertilizantes.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 16 (R1) Estoques, o perito identificou que o ativo "fertilizantes":

(A) deve ser classificado como Estoque, pois é um bem tangível que a empresa poderá utilizar no futuro;
(B) deve ser classificado como Estoque, pois pode ser revendido diretamente, ainda que a empresa não possua registro no MAPA;
(C) deve ser classificado como Estoque, considerando a possibilidade de uma subsidiária futura realizar sua comercialização;
(D) falha à definição de Estoque, como serem mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados ou com a expectativa de que sejam realizados até doze meses após a data do balanço;
(E) falha à definição de Estoque, como serem mantidos para venda no curso normal dos negócios ou em processo de produção para venda ou na forma de material a ser consumido no processo de produção.

69

Um perito em contabilidade está analisando um caso sobre uma empresa S/A que possui uma ação judicial. O caso apresenta uma empresa S/A que possui uma ação judicial em andamento, reconhecendo a existência de um direito de crédito para essa empresa. Contudo, ainda cabe recurso da outra parte, o que impede que a situação seja considerada praticamente certa, sendo então considerada provável. O valor da causa foi estipulado em R$ 10 milhões, e o escritório de advocacia responsável calcula que a melhor estimativa de recuperação do crédito seja de R$ 6 milhões.

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a empresa deve proceder da seguinte forma:

(A) deixar de divulgar qualquer valor relacionado ao ativo contingente, uma vez que o caso não é considerado praticamente certo;

(B) divulgar o ativo contingente nas notas explicativas, mencionando o valor de R$ 6 milhões como a melhor estimativa, sem reconhecer o valor no balanço patrimonial;

(C) reconhecer um ativo contingente no valor de R$ 6 milhões e registrar provisão para possíveis despesas judiciais;

(D) reconhecer um ativo contingente no valor de R$ 10 milhões, pois o direito de crédito foi reconhecido na ação;

(E) reconhecer um ativo contingente no valor de R$ 6 milhões, correspondente à melhor estimativa de recuperação do crédito, e divulgar o valor estipulado de R$ 10 milhões.

70

Um perito em contabilidade, durante seus trabalhos, recebeu algumas informações de um ativo imobilizado pertencente a uma empresa S/A. O ativo foi construído em 10/10/2023, com os seguintes custos:

- Materiais: R$ 600.000;
- Mão de obra direta: R$ 400.000;
- Custos de instalação e montagem: R$ 200.000;
- Custos de abertura da nova instalação: R$ 100.000;
- Custos administrativos: R$ 50.000.

A vida útil estimada do ativo é de 10 anos, e o valor residual não é significativo. Em 01/03/2024, o ativo começou a funcionar da forma pretendida pela administração. Em 30/11/2024, o ativo foi classificado como mantido para venda.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado, a despesa de depreciação anual na Demonstração do Resultado do Exercício de 2024, pelo método linear, será de:

(A) R$ 90.000,00;

(B) R$ 93.750,00;

(C) R$ 97.500,00;

(D) R$ 100.000,00;

(E) R$ 101.250,00.

71

Uma empresa S/A pretende captar recursos para financiar projetos de expansão e inovação para aumentar a competitividade e maximizar o retorno dos acionistas. Para isso, realizou a emissão de debêntures no valor nominal de R$ 10.000,00, com um prêmio de R$ 2.000,00 e custo de transação de R$ 1.000,00. Simultaneamente, emitiu 1.000 novas ações com valor nominal de R$ 1,00 por ação e preço de emissão de R$ 1,50 cada, com gastos na emissão das ações de R$ 150,00.

Considerando-se as informações apresentadas, a contabilização correta dessas operações é:

(A) Emissão das debêntures
Débito: Caixa R$ 12.000,00; Débito: Despesas com emissão de debêntures (DRE) R$ 1.000,00; Crédito: Debêntures a pagar R$ 10.000,00; Crédito: Prêmio na emissão de debêntures R$ 2.000,00;
Emissão das ações
Débito: Caixa R$ 1.350,00; Débito: Despesas com emissão de ações R$ 150,00; Crédito: Capital social R$ 1.500,00;

(B) Emissão das debêntures
Débito: Caixa R$ 12.000,00; Crédito: Debêntures a pagar R$ 10.000,00; Crédito: Prêmio na emissão de debêntures R$ 2.000,00;
Emissão das ações
Débito: Caixa R$ 1.350,00; Débito: Despesas com emissão de ações R$ 150,00; Crédito: Capital social R$ 1.000,00; Crédito: Capital social (ágio) R$ 500,00;

(C) Emissão das debêntures
Débito: Caixa R$ 11.000,00; Débito: Despesas de transação (DRE) R$ 1.000,00; Crédito: Debêntures a pagar R$ 10.000,00; Crédito: Prêmio na emissão de debêntures R$ 2.000,00;
Emissão das ações
Débito: Caixa R$ 1.350,00; Débito: Reserva de capital (gastos com emissão) R$ 150,00; Crédito: Capital social R$ 1.000,00; Crédito: Capital social (ágio) R$ 500,00;

(D) Emissão das debêntures
Débito: Caixa R$ 11.000,00; Débito: Custos de Transação a apropriar R$ 1.000,00; Crédito: Debêntures a pagar R$ 10.000,00; Crédito: Prêmio na emissão de debêntures R$ 2.000,00;
Emissão das ações
Débito: Caixa R$ 1.350,00; Débito: Reserva de capital (gastos com emissão) R$ 150,00; Crédito: Capital social R$ 1.000,00; Crédito: Reserva de capital (ágio) R$ 500,00;

(E) Emissão das debêntures
Débito: Caixa R$ 11.000,00; Débito: Custos de Transação a apropriar R$ 1.000,00; Crédito: Debêntures a pagar R$ 10.000,00; Crédito: Prêmio na emissão de debêntures R$ 2.000,00;
Emissão das ações
Débito: Caixa R$ 1.350,00; Débito: Reserva de capital (gastos com emissão) R$ 150,00; Crédito: Capital social R$ 1.000,00; Crédito: Capital social (ágio) R$ 500,00.

72

Um empresário está avaliando um financiamento no valor de R$ 100.000,00, a ser pago em 12 parcelas mensais. Ele pode escolher entre os três sistemas de amortização a seguir.

1. Tabela *Price*: parcelas fixas de R$ 10.500,00 por mês.
2. Sistema de Amortização Constante (SAC): primeira parcela de R$ 12.000,00, reduzindo R$ 500,00 por mês.
3. Sistema de Amortização Misto (SAM): primeira parcela de R$ 11.000,00, reduzindo R$ 250,00 por mês.

Adicionalmente, o empresário precisa antecipar um título de R$ 100.000,00, que vence em cinco meses. O banco oferece duas opções de desconto:

- desconto comercial simples de 3% ao mês;
- desconto racional composto de 2% ao mês.

Sabendo-se que a inflação anual é de 6%, é correto afirmar que:

(A) a taxa de juros real será igual à taxa nominal quando há inflação, pois ambas são ajustadas pela correção monetária;
(B) a tabela *Price* sempre resulta no menor custo total do financiamento, pois mantém parcelas fixas e dilui os juros ao longo do tempo;
(C) o Sistema de Amortização Constante (SAC) reduz o custo total dos juros, pois as amortizações iniciais mais elevadas diminuem o saldo devedor mais rapidamente;
(D) o Sistema de Amortização Misto (SAM) sempre apresenta um custo total inferior ao SAC e ao Sistema Francês, pois combina amortizações mais eficientes com parcelas reduzidas;
(E) o valor líquido recebido na antecipação do título com desconto comercial simples será maior do que no desconto racional composto, pois o desconto comercial aplica a taxa diretamente sobre o valor nominal.

73

Considere as informações a seguir, relativas a uma empresa.

- Capital Próprio: R$ 10 milhões, com um custo de 12% ao ano.
- Dívida: R$ 5 milhões, contratada a uma taxa de 8% ao ano.
- Alíquota de imposto de renda corporativo: 25%.

Um gestor está analisando um projeto de investimento com um retorno esperado de 10% ao ano e precisa decidir se deve aceitá-lo.

Paralelamente, ele está construindo uma carteira de ativos, em que avalia dois investimentos potenciais com as seguintes características:

- Ativo X: Retorno esperado de 14% e beta de 1,3;
- Ativo Y: Retorno esperado de 11% e beta de 0,8;
- Taxa livre de risco: 5% ao ano;
- Prêmio de risco de mercado: 6% ao ano.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

(A) o custo efetivo da dívida da empresa será menor do que 8% devido ao benefício fiscal dos juros, reduzindo seu impacto no WACC;
(B) o projeto com retorno de 10% deve ser aceito, pois seu retorno esperado é maior do que o WACC da empresa, garantindo criação de valor;
(C) o ativo Y apresenta um retorno esperado superior ao retorno estimado pelo modelo CAPM, indicando que está precificado acima do seu valor justo;
(D) a alíquota de imposto de renda de 25% reduz apenas o custo do capital próprio, não afetando a dedutibilidade dos juros da dívida, de modo que o WACC permanece inalterado;
(E) o retorno esperado do ativo X, calculado pelo modelo CAPM, será maior do que 14%, pois o beta do ativo é superior a 1, indicando um prêmio adicional sobre a taxa livre de risco.

74

Um fundo de investimento consistentemente gera um retorno médio de 14% ao ano, enquanto o retorno médio do mercado (representado por um índice de ações) é de 10% ao ano. A taxa livre de risco é de 5% ao ano.

Considere que alguns analistas financeiros recomendam ações com base em padrões históricos de preços, afirmando que determinados ativos têm tendência de alta após períodos de forte valorização. Também, alguns investidores cometem erros recorrentes, como:

- evitar vender ativos que caíram de valor, mesmo quando há alternativas melhores;
- comprar ações no pico do mercado devido ao entusiasmo gerado por notícias positivas;
- confiar excessivamente em previsões otimistas, ignorando evidências contrárias.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

(A) se o mercado for eficiente na forma fraca, os padrões históricos de preços podem ser usados para prever retornos futuros e obter ganhos acima da média;
(B) o fato de um fundo de investimento superar consistentemente o mercado por vários anos é uma prova de que a Hipótese dos Mercados Eficientes (HME) está incorreta;
(C) o comportamento dos investidores descrito pode ser explicado pelos vieses comportamentais: aversão à perda, excesso de confiança e efeito manada;
(D) se a Hipótese dos Mercados Eficientes for verdadeira, nenhuma estratégia de investimento pode gerar retornos acima da média do mercado em qualquer período;
(E) o retorno esperado do fundo pode ser explicado apenas pelo modelo CAPM, pois qualquer diferença em relação ao retorno do mercado deve estar relacionada ao risco sistemático do ativo.

75

Uma empresa que deseja analisar sua rentabilidade utilizando a equação de DuPont, bem como avaliar sua alavancagem financeira e o impacto da estrutura de capital no retorno sobre o capital empregado (ROCE), apresenta os seguintes dados financeiros para o ano de 202X:

- Lucro Operacional (EBIT): R$ 500.000,00;
- Receita Líquida: R$ 2.000.000,00;
- Ativo Operacional Médio: R$ 1.500.000,00;
- Patrimônio Líquido: R$ 1.000.000,00;
- Passivo Exigível com custo: R$ 500.000,00;
- Custo da Dívida (após impostos): 8% ao ano.

Com base nesses dados, é correto afirmar que:

(A) a margem operacional da empresa é de 40%;
(B) o giro do ativo operacional da empresa é aproximadamente 1,33;
(C) a equação de DuPont não é aplicável a empresas com endividamento;
(D) a análise de indicadores financeiros é isenta de fatores subjetivos;
(E) o retorno sobre o capital empregado (ROCE) da empresa será maior do que o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

76

A biblioteca Pandas é uma importante biblioteca da linguagem Python utilizada para analisar dados cujos valores comumente estão armazenados em estruturas de duas dimensões, como o *data frame*. Observe o código Python a seguir.

```
import pandas as pd
processo={"id_processo":[1,2,3,4,5,6],"valor_causa":[10,
20,30,40,50,60]}
df=pd.DataFrame(processo)
```

Para visualizar as últimas 5 linhas do *data frame* `df`, deve-se utilizar o comando:

(A) `print(df.head())`
(B) `print(df.tail())`
(C) `print(df.info(5))`
(D) `print(df.botton(5))`
(E) `print(df.display(5))`

77

O analista Flávio precisa analisar diversos dados contábeis do MPU sob diferentes perspectivas ao longo do tempo para fundamentar suas perícias. Para isso, ele recorreu ao ambiente analítico do MPU, a fim de utilizar uma ferramenta que permita realizar operações de *roll-up*, *drilldown*, *slice*, *dice* e *pivot*.
Para apoiar suas perícias, Flávio deve usar uma ferramenta:

(A) ETL;
(B) OLAP;
(C) SciPy;
(D) Postgres;
(E) Data Lake.

78

As analistas Clara e Joana são responsáveis por uma carteira digital de criptoativos do MPU, a CWallet. A CWallet é uma carteira multiassinatura, não custodial e descentralizada, com funcionamento baseado em *seed phrase*. A CWallet não permite o *backup* das chaves privadas por ela geradas. Certo dia, ao realizar determinada transação na carteira, Joana percebeu que havia perdido tanto sua chave privada quanto sua chave pública, impossibilitando a realização de qualquer transação.
Em relação à recuperação da chave privada de Joana na CWallet, é correto afirmar que:

(A) é possível, desde que Joana tenha guardado sua respectiva *seed phrase*;
(B) não é possível, pois a CWallet, sendo não custodial, é incapaz de recriar chaves privadas;
(C) não é possível, pois a CWallet, sendo descentralizada, é incapaz de recriar chaves privadas;
(D) é possível, pois a CWallet, sendo multiassinatura, pode recriar a chave privada de Joana a partir da chave pública de Clara;
(E) não é possível, pois a CWallet, sendo multiassinatura, só poderia recriar a chave privada de Joana se fornecida a respectiva a chave pública.

79

A analista Paula está estimando o balanço futuro de criptoativos do MPU. Paula está se concentrando especificamente nos ativos em Bitcoin. Em sua estimativa, a analista deve ponderar sobre as características intrínsecas de emissão e circulação de bitcoins e os consequentes impactos futuros na operação dessa criptomoeda.
Assim, Paula deve considerar o fato de a emissão de bitcoins ser:

(A) infinita, garantindo a segurança dos ativos quanto ao risco de escassez da moeda;
(B) infinita, o que, no futuro, irá baratear as taxas de transação, devido ao aumento da circulação da moeda;
(C) infinita, gerando o risco de bolhas inflacionárias recorrentes, o que é mitigado pelo *halving* periódico nos mineradores;
(D) finita, o que, no futuro, inutilizará o uso de mineradores e abrirá espaço para a confirmação de transações sem gasto de energia;
(E) finita, o que, no futuro, fará com que os mineradores dependam exclusivamente das taxas de transação para serem recompensados.

80

O setor de contabilidade do MPU realizou as transações A e B em certas carteiras digitais da criptomoeda CGov. A CGov opera sob uma *blockchain* cujo algoritmo de consenso é baseado na prova de participação. As transações A e B foram colocadas no bloco C, que ainda não foi adicionado à *blockchain*.
O consenso para adição do bloco C à *blockchain* da CGov será determinado logo após:

(A) o *ledger* assinar digitalmente as transações A e B;
(B) as carteiras digitais envolvidas assinarem digitalmente as transações A e B;
(C) as carteiras digitais envolvidas solucionarem o problema de *hashing* do bloco C;
(D) um minerador ganhar a competição de solucionamento do problema de *hashing* do bloco C;
(E) um validador, selecionado com base na quantidade de CGov que possui, de fato validar o bloco C.

PROVA DISCURSIVA

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização